

INFLAÇÃO

Análise e projeções de inflação

Sumário

Os dados mais recentes revelam que o cenário inflacionário no país segue bastante pressionado, de modo que, nos últimos doze meses, terminados em outubro, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula alta de 10,7%, atingindo a maior variação desde janeiro de 2016. Nota-se, também, que essa aceleração da inflação vem sendo caracterizada por um aumento generalizado de preços, tendo em vista que os reajustes, inicialmente mais centrados nos bens e serviços administrados e nos alimentos no domicílio, estão se disseminando pelos demais segmentos da economia. Por certo, embora no acumulado de 2021 a alta de 8,24% observada no IPCA ainda esteja fortemente impactada pela elevação de 14,2% dos preços administrados e de 7,4% dos alimentos, o reajuste de 9,3% dos bens industriais e, mais recentemente, a aceleração dos serviços livres, que já chega a 3,7%, ratificam esse quadro de maior difusão inflacionária.

Deve-se ressaltar, no entanto, que essa alta da inflação, em 2021, não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. De fato, o expressivo aumento das *commodities* no mercado internacional tem afetado positivamente os índices de preços de muitas outras economias no mundo. No entanto, há alguns fatores domésticos que explicam essa aceleração mais intensa no país, num quadro de pressões inflacionárias: a forte estiagem, que gerou uma baixa histórica nos níveis dos reservatórios, levando à adoção da bandeira de escassez hídrica e de reajustes da bandeira vermelha para cobrir o custo mais elevado da energia produzida pelas termelétricas; a desvalorização cambial de 8,6% ao longo do ano; e a contínua aceleração da inflação de bens industriais mesmo em um contexto de deslocamento de parte da demanda de bens para os serviços.

Dentro desse contexto de aceleração de preços, e levando-se em conta que a maior parte da alta inflacionária no ano já está contabilizada, as projeções de inflação do Grupo de Conjuntura do Ipea foram revistas para cima, de modo que a estimativa para o IPCA em 2021 foi alterada de 8,3% (como publicado na visão geral da *Carta de Conjuntura*, de setembro) para 9,8%. Além de uma revisão mais intensa dos bens livres e dos preços administrados, cujas previsões avançaram de 7,9% e 12,9% para 10,3% e 15,6%, respectivamente, a inflação esperada para os alimentos e para os serviços livres também foi majorada, passando de 8,9% e 5,0% para 9,8% e 5,5%. De forma análoga, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no ano também foi revista para cima, acelerando de 8,6% para 10,1%.

Maria Andréia Parente Lameiras

Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea

maria-andreia.lameira@ipea.gov.br

Marcelo Lima de Moraes

Assistente de pesquisa na Dimac/Ipea

marcelo.moraes@ipea.gov.br

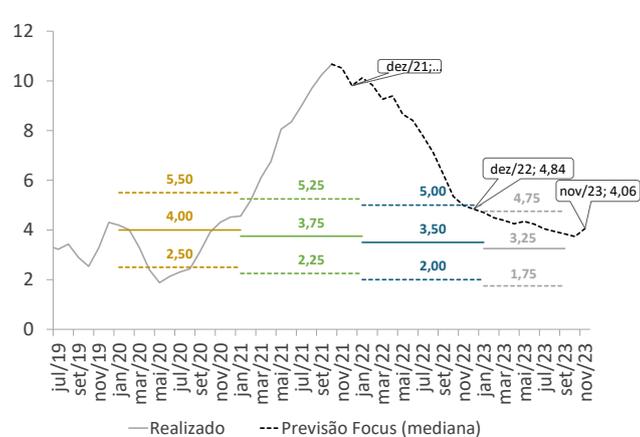
Divulgado em 24 de novembro de 2021.

Para 2022, mesmo diante de um cenário que prevê desaceleração da inflação em todos os segmentos, há uma perspectiva de que o descompasso entre a oferta e a demanda de matérias-primas deva perdurar no primeiro trimestre. Além disso, o elevado nível da inflação corrente pode gerar algum tipo de inércia inflacionária na formação dos reajustes no próximo ano. Sendo assim, as previsões para o IPCA e o INPC também foram revistas para cima, avançando de 4,1% e 3,9% para 4,9% e 4,6%, respectivamente. O recuo esperado da inflação, em 2022, está balizado na estimativa de acomodação dos preços do petróleo, ainda que em patamar elevado, à baixa probabilidade de efeitos climáticos intensos e à projeção de um aumento de 7,8% da safra brasileira, que devem gerar uma pressão menor sobre combustíveis, energia elétrica e alimentos. Cabe notar que, apesar dos efeitos positivos sobre a demanda doméstica da retomada mais forte do mercado de trabalho e da implementação do Auxílio Brasil, as variações dos preços de bens e serviços no próximo ano devem ser atenuadas pela sinalização de continuidade da trajetória de alta dos juros. Ressalta-se, no entanto, que os riscos inflacionários, para o próximo ano, seguem associados, externamente, à possibilidade de novas acelerações de preços de *commodities* e, internamente, à percepção de alguma fragilidade fiscal, além da instabilidade política, oriunda do processo eleitoral, cujos efeitos podem desencadear um novo ciclo de desvalorização cambial.

1 Inflação: aspectos gerais e projeções

Ao longo do último trimestre, a inflação brasileira continuou a surpreender negativamente, de modo que, no acumulado em doze meses, até outubro, o IPCA registra alta de 10,7%. Além de uma desaceleração menos intensa dos alimentos no domicílio, o impacto sobre os preços administrados de novos reajustes da energia e da gasolina, aliado à recomposição mais expressiva dos preços dos bens industriais e dos serviços, completa esse quadro de forte pressão inflacionária. Como consequência dessa alta do IPCA, que já chega a 8,2% no acumulado do ano, as expectativas inflacionárias do mercado, divulgadas pelo relatório Focus, do Banco Central do Brasil (BCB), vêm apresentando sucessivas elevações, já ultrapassando 10%, em 2021, e se aproximando de 5%, em 2022 (gráfico 1).

GRÁFICO 1
IPCA: realizado e previsto – taxa de variação acumulada em doze meses
 (Em %)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e BCB.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.
 Obs.: Projeções do Focus com data de 16 de novembro de 2021.

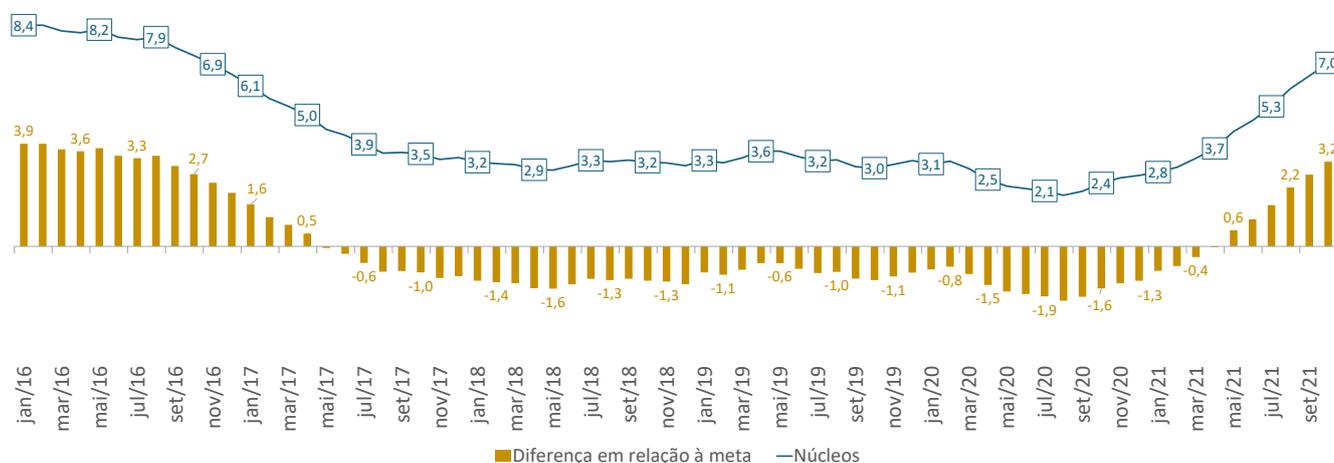
GRÁFICO 2
Indicador de difusão do IPCA: mensal e média móvel trimestral



Fonte: IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Assim como vem ocorrendo com o índice fechado, esse quadro de aceleração inflacionária é corroborado pelas trajetórias do índice de difusão e dos indicadores de núcleo da inflação. No caso do índice de difusão, observa-se que, a partir do segundo semestre de 2020, a proporção dos itens que compõem o IPCA com variação positiva vem aumentando de forma continuada, sinalizando que a alta nos preços vem se espalhando entre os diversos segmentos da economia (gráfico 2). Analogamente, as medidas de núcleo de inflação também registram uma trajetória de forte aceleração, tendo em vista que, na média, a variação acumulada em doze meses desses indicadores aponta taxa de 6,96% (gráfico 3), situando-se 3,2 pontos percentuais (p.p.) acima da meta de inflação definida para o ano (3,75%).

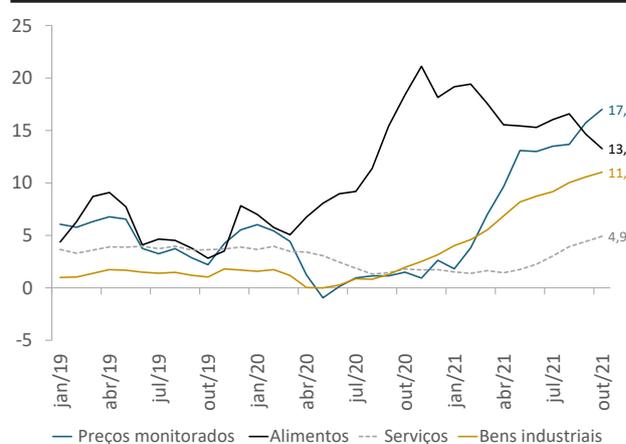
GRÁFICO 3
IPCA: média de núcleos acumulada em doze meses e desvio em relação à meta
 (Em % e p.p.)



Fonte: BCB.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A partir da desagregação dos dados do IPCA, observa-se, apesar da alta de 13,3% dos alimentos nos últimos doze meses (gráfico 4), uma piora no comportamento recente da inflação, em razão, sobretudo, da forte elevação dos preços administrados, cuja taxa de variação em doze meses passou de 1,8%, em janeiro, para 17,0%, em outubro – ainda que, em menor proporção, os serviços livres e os bens industriais também registrem avanço nas suas curvas de variação em doze meses, contribuindo para um desempenho menos favorável do IPCA em 2021. De fato, no acumulado do ano, até outubro, os alimentos no domicílio se constituem no único grupo a indicar uma inflação acumulada em 2021 abaixo da computada em 2020 (gráfico 5). Já os monitorados, os bens industriais e os serviços apontam uma aceleração da inflação de 14 p.p., 7,7 p.p. e 3,2 p.p., respectivamente, na mesma base de comparação.

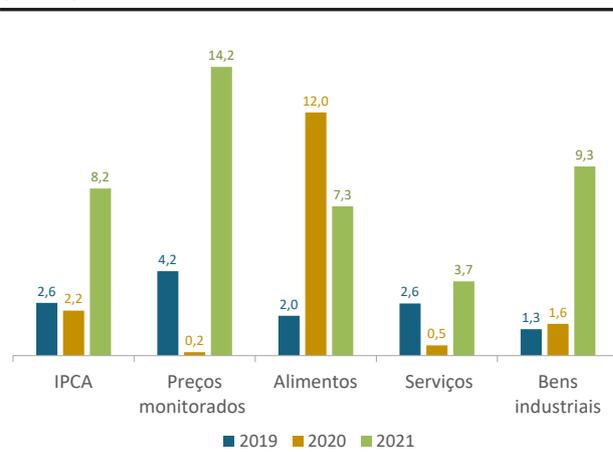
GRÁFICO 4
IPCA por categorias: taxa de variação acumulada em doze meses
 (Em %)



Fonte: IBGE.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

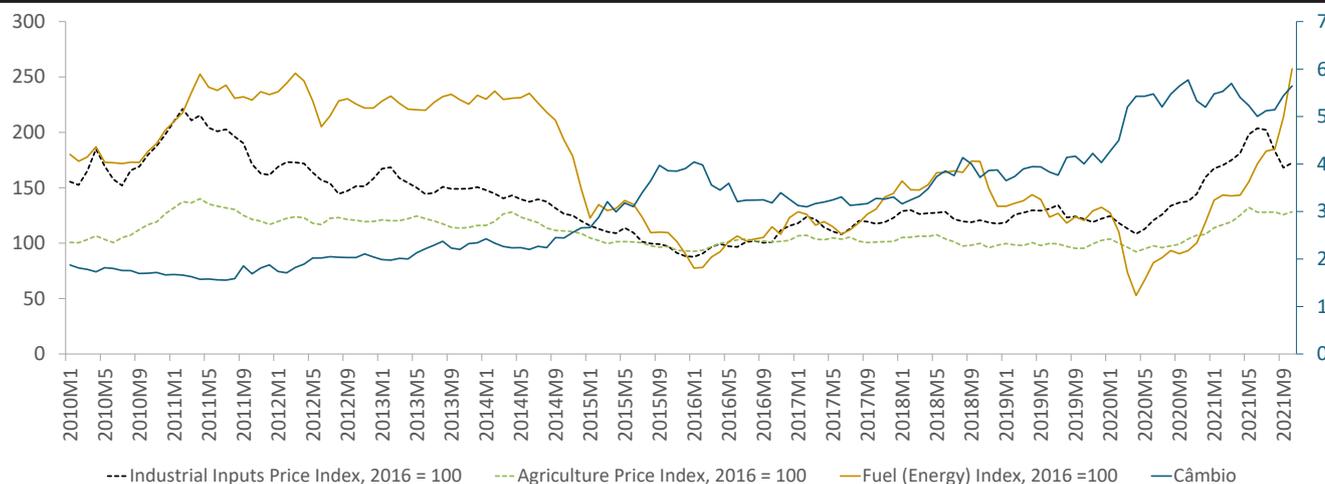
No caso dos preços administrados, além dos reajustes das tarifas de energia elétrica – impactados pelo baixo regime de chuvas e, conseqüentemente, pelo uso em maior escala das termoelétricas que produzem uma energia mais cara –, os sucessivos aumentos da gasolina e do gás, decorrentes da alta do petróleo no mercado internacional, explicam esse quadro de aceleração inflacionária. Em relação aos bens livres, observa-se que as fontes de pressão ao longo do ano parecem estar mais ligadas ao aumento dos custos de produção que à expansão da demanda. Por certo, além do encarecimento da energia, a trajetória de alta das *commodities* agrícolas e industriais (gráfico 6), cuja leve desaceleração na margem vem sendo anulada pela recente desvalorização cambial, contribui para o aumento da inflação nesse segmento. Por fim, com o avanço na imunização da população e a retirada de grande parte das medidas de restrição social, o setor de serviços vem se recuperando de forma mais intensa, levando a uma recomposição mais rápida dos preços.

GRÁFICO 5
IPCA por categorias: taxa de variação acumulada no ano (jan.-out.)
 (Em %)



Fonte: BCB.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 6
Índice de *commodities* e taxa de câmbio
 (2016 =100 e R\$/US\$)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI) e BCB.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro desse cenário delineado por fortes pressões inflacionárias, embora as expectativas para o próximo bimestre sinalizem um comportamento mais benigno da inflação, em relação ao registrado em 2020 (gráfico 7), as projeções do Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea indicam uma aceleração mais intensa do IPCA, em 2021 (9,8%), comparativamente à estimada na edição anterior da visão geral da *Carta de Conjuntura* (8,3%). Além de uma revisão mais intensa dos bens livres e dos preços administrados, cujas previsões avançaram de 7,9% e 12,9% para 10,3% e 15,6%, respectivamente, a inflação esperada para os alimentos e para os serviços livres também foram majoradas, passando de 8,9% e 5,0% para 9,8% e 5,5% (tabela 1).

Assim como o IPCA, a projeção do grupo de conjuntura da Dimac para o INPC, em 2021, também foi revista para cima, passando de 8,6% para 10,1% (tabela 2). Além de uma pressão maior dos preços monitorados e dos bens industriais, com taxas de variação estimadas saltando de 13,7% e 7,3% para 15,9% e 10,1%, a inflação dos alimentos no domicílio e dos serviços livres também foi revista para cima, chegando a 9,7% e 5,2% ante taxas de 9,6% e 4,5% projetadas anteriormente.

Como consequência desse movimento de aceleração inflacionária, mais difusa e persistente em 2021, as estimativas para os índices de preços, em 2022, também foram revistas para cima. Por certo, mesmo diante de um cenário que ainda prevê forte desaceleração da inflação em todos os segmentos, o Grupo de Conjuntura do Ipea projeta uma alta de 4,9% para o IPCA e de 4,6% para o INPC no ano que vem (tabela 3), acima, portanto, das previsões de 4,1% e 3,9%, feitas anteriormente.

GRÁFICO 7
IPCA: variação mensal realizada e prevista
 (Em %)



Fonte: IBGE e Ipea.
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 1
IPCA: projeção para 2021
 (Em % e p.p.)

	Peso atual	Projeção anterior		Projeção atual	
		Previsão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA 2021	Previsão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA 2021
Alimentos no domicílio	15,0	8,9%	1,3	9,8%	1,5
Bens Livres - exceto alimentos	22,8	7,9%	1,8	10,3%	2,3
Serviços - exceto educação	30,0	5,0%	1,5	5,5%	1,7
Educação	5,2	2,9%	0,2	3,1%	0,2
Monitorados	27,0	12,9%	3,5	15,6%	4,2
IPCA	100,0	8,3%		9,8%	

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 2
INPC: projeção para 2021
 (Em % e p.p.)

	Peso atual	Projeção anterior		Projeção atual	
		Previsão da taxa de variação	Contribuição para o INPC 2021	Previsão da taxa de variação	Contribuição para o INPC 2021
Alimentos no domicílio	18,4	9,6%	1,8	9,7%	1,8
Bens Livres - exceto alimentos	26,1	7,3%	1,9	10,1%	2,6
Serviços - exceto educação	25,4	4,5%	1,1	5,2%	1,3
Educação	3,6	3,1%	0,1	3,2%	0,1
Monitorados	26,5	13,7%	3,6	15,9%	4,2
INPC	100,0	8,6%		10,1%	

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 3
IPCA e INPC: projeção para 2022
 (Em % e p.p.)

	IPCA			INPC		
	Peso atual	Previsão da taxa de variação	Contribuição para o IPCA 2022	Peso atual	Previsão da taxa de variação	Contribuição para o INPC 2022
Alimentos no domicílio	15,2	4,5%	0,7	18,4	4,5%	0,8
Bens Livres – exceto alimentos	22,8	3,7%	0,8	26,1	3,8%	1,0
Serviços - exceto educação	30,7	5,2%	1,6	25,4	4,5%	1,1
Educação	5,4	7,9%	0,4	3,6	6,7%	0,2
Monitorados	25,9	5,4%	1,4	26,5	5,4%	1,4
IPCA	100,0	4,9%		100,0	4,6%	

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

2 Inflação de alimentos

Os dados mais recentes revelam que, embora a variação dos preços dos alimentos ao longo do ano esteja em desaceleração, essa redução tem se mostrado bem menos intensa que o esperado. Por certo, após encerrar o segundo trimestre do ano com uma taxa de variação acumulada em doze meses de 15,3%, a inflação desse segmento recuou apenas 2,0 p.p. até outubro. De acordo com a tabela 4, observa-se que, mesmo diante de um comportamento bem mais favorável de cereais, tubérculos, frutas e óleos e gorduras, em 2021, esse recuo mais expressivo da inflação de alimentos vem sendo limitado pela piora no desempenho das proteínas animais, dos farináceos, dos derivados de açúcar e do café.

No caso dos subgrupos de carnes bovinas e aves e ovos, as altas de 8,5% e 22,2%, no acumulado do ano, refletem não apenas uma diminuição do abate de animais e o aumento da exportação de carnes bovinas, mas também uma elevação nos custos de produção dessas proteínas, como ração e medicamentos, além do efeito substituição que expandiu a demanda por suínos, aves e ovos. Já as altas do açúcar e do café estão ligadas à queda na oferta desses dois cultivos, aliada ao maior deslocamento de parte da colheita da cana-de-açúcar para a produção do etanol e ao aumento das exportações decorrente da desvalorização cambial. De maneira análoga, o aumento da demanda mundial por trigo e milho e o comportamento do câmbio são os principais responsáveis pela alta da inflação dos farináceos e das massas.

Deve-se destacar também que, além da manutenção da demanda mundial por alimentos, estabilizando os principais preços agrícolas em patamar elevado no mercado internacional, os efeitos da La Niña sobre o regime de chuvas no país ainda se fazem presentes sobre a produção de alguns produtos *in natura*, como tomate e batata, impedindo, portanto, o recuo mais rápido dos alimentos no domicílio.

Partindo-se da perspectiva de uma desaceleração menos intensa para os alimentos em 2021 que o esperado inicialmente, a previsão do Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea para a inflação dos alimentos no domicílio, medida pelo IPCA, foi revista para cima, avançando de 8,9% para 9,8%. Para o INPC, a estimativa manteve-se praticamente estável – passando de 9,6% para 9,7% –, tendo em vista que a elevação da projeção da inflação de alimentos é resultante, sobretudo, de uma piora no comportamento das proteínas animais, com menor peso no INPC comparativamente ao IPCA. Analogamente, a queda mais expressiva dos cereais nos últimos meses vem gerando um alívio maior para a inflação dos alimentos no INPC.

TABELA 4

IPCA: alimentos no domicílio por segmentos – variação mensal, acumulada no ano e em doze meses
(Em %)

	ago/21	set/21	out/21	2020*	2021*	12 meses
Alimentação no domicílio	1,6	1,2	1,3	12,0	7,3	13,3
Cereais, leguminosas e oleaginosas	-1,8	-0,9	-1,4	47,6	-9,2	-1,3
Farinhas, féculas e massas	1,3	0,9	0,9	4,9	9,6	12,1
Tubérculos, raízes e legumes	8,0	4,2	14,1	30,1	7,7	21,4
Açúcares e derivados	2,4	2,3	2,3	7,5	16,1	19,9
Hortaliças e verduras	5,2	-1,0	-2,8	12,4	6,4	14,7
Frutas	3,9	5,4	1,0	14,9	-4,4	4,3
Carnes	0,6	-0,2	0,0	6,9	8,5	19,7
Pescados	0,3	0,2	0,3	4,3	2,5	4,6
Carnes e peixes industrializados	0,4	0,8	0,3	10,4	9,2	14,6
Aves e ovos	3,7	4,0	3,2	8,5	22,2	28,9
Leite e derivados	1,9	1,6	0,6	16,8	8,8	8,8
Panificados	1,1	-0,9	0,6	3,0	6,1	8,1
Óleos e gorduras	0,3	0,6	1,8	45,7	4,7	16,2
Bebidas e infusões	1,6	1,5	1,2	3,5	8,5	10,3
Enlatados e conservas	0,6	0,5	0,6	8,3	6,1	11,0
Sal e condimentos	0,3	0,9	0,8	6,6	6,7	7,1

Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Janeiro a outubro.

Para o próximo ano, no entanto, os modelos de projeção sinalizam um comportamento bem mais benevolente para a inflação de alimentos. Se, por um lado, a expectativa é de um aumento da safra de grãos no país de 7,8%, em relação a 2021, por outro lado, a acomodação da demanda internacional e a baixa probabilidade de ocorrência de fatores climáticos adversos devem contribuir para um desempenho bem mais favorável dos alimentos. Dessa forma, as projeções para 2022, feitas pelo Grupo de Conjuntura, indicam uma desaceleração da inflação de alimentos, que deve encerrar o ano que vem em 4,5% para o IPCA e para o INPC.

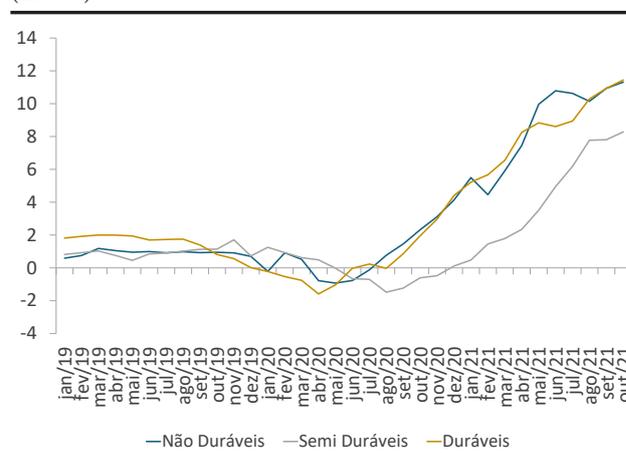
3 Inflação de bens e serviços

Ao contrário dos alimentos no domicílio, as trajetórias de inflação dos demais bens livres e dos serviços vêm registrando sucessivas acelerações, de modo que, no acumulado em doze meses, até outubro, esses dois subgrupos apresentam taxa de variação de 11,0% e 4,9%. Em relação aos bens industriais, observa-se que, embora a recomposição já esteja ocorrendo desde o segundo semestre de 2020, esta vem se intensificando ao longo dos últimos meses, impactada, sobretudo, pela elevação dos custos de produção. De fato, além do aumento da energia elétrica, o descasamento entre a demanda e a oferta de matérias-primas vem mantendo os preços dos insumos industriais em patamares elevados.

A abertura do segmento de bens industriais por categorias de uso revela que esse movimento de alta de preços vem ocorrendo em todos os segmentos (gráfico 8). No

GRÁFICO 8

IPCA: bens de consumo – variação acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

acumulado em doze meses, os bens de consumo duráveis e semiduráveis apresentam taxas de variação bem expressivas: 11,4% e 11,3%, respectivamente, enquanto os bens de consumo semiduráveis registram uma elevação um pouco mais amena, mas ainda forte (8,3%). De modo semelhante, no acumulado do ano (tabela 5), os bens de consumo duráveis e não duráveis são os que registram as maiores altas (9,5% e 9,3%), refletindo, no primeiro caso, a elevação nos preços dos automóveis (11,4%), do mobiliário (10,6%) e dos eletroeletrônicos (9,9%) e, no segundo caso, o reajuste dos reparos (7,9%), dos artigos de limpeza (5,3%) e dos artigos de higiene (3,9%). Para os bens semiduráveis, a inflação de 2021 reflete o crescimento dos preços do vestuário (7,1%) e dos utensílios de cama, mesa e banho (11,0%).

TABELA 5

IPCA: bens industriais por categorias – variação mensal, acumulada no ano e em doze meses

(Em %)

	ago/21	set/21	out/21	2020*	2021*	12 meses
Bens de consumo duráveis	1,3	1,1	1,4	0,1	9,5	11,4
Mobiliário	1,3	1,4	1,9	-7,3	10,6	15,5
Eletroeletrônicos	0,9	0,9	1,0	9,7	9,9	11,6
Automóveis	0,5	1,8	1,6	2,8	11,4	12,8
Motocicleta	1,4	1,0	0,6	3,2	9,8	10,1
Bens de consumo semiduráveis	1,0	0,4	1,5	0,1	7,3	8,3
Utensílios e enfeites	0,7	0,1	0,7	2,7	6,1	8,0
Cama, mesa e banho	1,3	0,4	0,6	7,1	11,0	14,7
Vestuário	1,0	0,3	1,8	-1,8	7,1	7,8
Bens de consumo não duráveis	0,6	1,5	1,3	0,1	9,3	11,3
Reparos	0,9	0,5	1,1	4,1	7,9	9,5
Artigos de limpeza	0,2	1,1	1,0	3,2	5,3	6,7
Artigos de higiene	-0,4	1,2	0,5	2,8	3,9	4,6

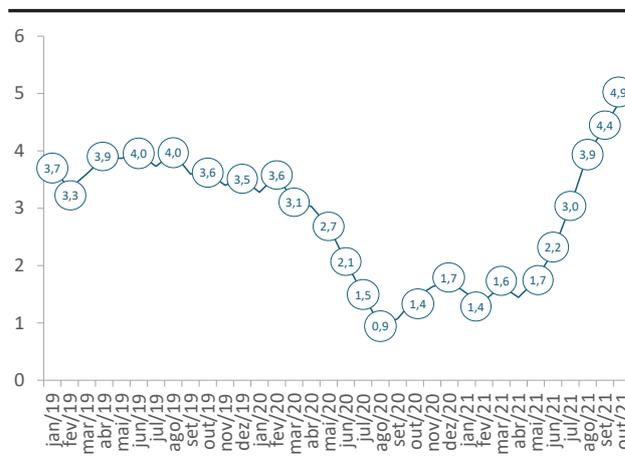
Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Janeiro a outubro.

No que diz respeito aos serviços livres, os dados mais recentes indicam que, por mais que o avanço da vacinação e o fim de praticamente todas as medidas de distanciamento social indicassem o aquecimento do setor, esse aumento do dinamismo do setor vem surpreendendo, gerando, por conseguinte, uma aceleração mais forte da inflação desse grupo. No acumulado em doze meses, a alta dos preços dos serviços saltou de 1,5%, em janeiro, para 4,9%, em outubro (gráfico 9). De acordo com a tabela 6, nota-se que, comparativamente a 2020, a alta desses preços este ano vem sendo potencializada pela retomada daqueles segmentos mais afetados na pandemia, como alimentação fora do domicílio, serviços pessoais e de recreação, além da reversão da deflação dos serviços de transportes, impulsionada pelo forte crescimento das passagens aéreas e do transporte por aplicativo, cujas taxas de inflação acumuladas no ano, de janeiro a outubro, avançaram de -37,2% e -22,7%, em 2020, para 13,6% e 12,1%, em 2021, respectivamente.

GRÁFICO 9
IPCA: inflação de serviços livres - variação acumulada em doze meses
(Em %)



Fonte: IBGE e BCB.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA 6

IPCA de serviços livres por subgrupos – variação mensal, acumulada no ano e em doze meses
(Em %)

	ago/21	set/21	out/21	2020*	2021*	12 meses
Total	0,4	0,6	1,0	0,5	3,7	4,9
Serviços de Alimentação	0,8	0,6	0,8	3,4	6,4	7,8
Serviços Residenciais	0,4	0,4	0,6	2,0	4,0	4,7
Serviços de Transportes	-0,5	3,5	7,0	-9,0	6,4	12,6
Serviços Médicos	0,4	0,4	0,2	2,3	3,2	4,0
Serviços pessoais e de recreação	0,7	0,5	0,6	0,3	2,9	3,6
Serviços de Educação	0,2	-0,1	0,1	0,6	2,5	3,1
Serviços de Comunicação	0,1	0,0	0,1	1,9	0,3	0,9

Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Janeiro a outubro.

Para o restante do ano, as previsões do Grupo de Conjuntura para a inflação desses dois segmentos foram revistas para cima, dada a alta mais forte que a estimada ao longo dos meses de 2021. De acordo com os modelos utilizados, a inflação dos bens livres, no IPCA, avançou de 7,9% para 10,3%, ao passo que, no INPC, a variação passou de 7,3% para 10,1%. Em relação aos serviços livres, exceto educação, a taxa estimada saltou de 5,0% para 5,5% no IPCA e de 4,5% para 5,2% no INPC. Já para 2022, as estimativas para os bens industriais levam em conta não apenas uma acomodação da demanda, mas, sobretudo, a normalização da oferta de insumos para a produção, de modo que a previsão é de desaceleração desses bens, tanto no IPCA quanto no INPC, que devem encerrar o ano que vem com alta de 3,7% e 3,8%, respectivamente. Para os serviços, exceto educação, ainda que a tendência também seja de desaceleração, esta deverá ser mais modesta, uma vez que o processo recente de reaquecimento do setor ainda estará presente em boa parte do ano que vem. Dessa forma, a estimativa é que esse segmento feche 2022 com uma alta de 5,2% no IPCA e de 4,5% no INPC. No caso da educação, entretanto, a expectativa é de aceleração inflacionária, tendo em vista que o reajuste das mensalidades escolares no biênio 2020-2021 ficou bem abaixo da inflação fechada, gerando pressão para uma recomposição mais forte desse serviço no próximo ano. Logo, de acordo com as projeções, a previsão de inflação para os serviços de educação, em 2022, é de 7,9%, no IPCA e de 6,7% no INPC.

4 Inflação de preços monitorados

Ao longo de 2021, os preços administrados se constituíram no grande fator de pressão sobre os principais índices de inflação no país. Em outubro, no acumulado em doze meses, esse grupo de bens e serviços aponta alta de 17%, respondendo por 42% de toda a variação registrada pelo IPCA no período. Nota-se, no entanto, que a maior parte dessa elevação nos preços administrados ocorreu ao longo de 2021. De acordo com a tabela 7, no acumulado do ano, até outubro, a inflação desse segmento já chega a 14,2%, atingindo patamar bem superior ao registrado no mesmo período do ano passado (0,2%). Entre os itens com maior peso na composição desse grupo, observa-se que, à exceção dos planos de saúde e do ônibus urbano, todos os demais registram em 2021 altas bem superiores às observadas em 2020. Deve-se destacar, entretanto, que os principais focos de pressão ao longo do ano vieram do comportamento da energia elétrica (19,1%), da gasolina (38,3%) e do gás de botijão (33,3%), repercutindo os efeitos da estiagem – e o uso mais intenso das termoeletricas –, além da forte aceleração dos preços do petróleo no mercado mundial, cujo impacto altista sobre os preços domésticos ainda foi potencializado pela desvalorização cambial de 8,6% em 2021.

TABELA 7

IPCA: inflação de preços monitorados – variação mensal e acumulada

(Em %)

	ago/21	set/21	out/21	2020*	2021*	12 meses
Total	0,9	1,9	1,3	0,2	14,2	17,0
Gás de botijão	2,4	3,9	3,7	-3,0	33,3	37,9
Energia elétrica residencial	1,1	6,5	1,2	-0,2	19,1	30,3
Ônibus urbano	0,0	0,0	0,0	1,6	1,2	1,0
Gasolina	2,8	2,3	3,1	-3,3	38,3	42,7
Produtos farmacêuticos	0,3	-0,1	0,9	-2,2	4,9	4,9
Plano de saúde	-0,1	-0,1	-0,1	2,5	2,5	2,5

Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Janeiro a outubro.

Assim, dada a alta já registrada em 2021, as previsões para a inflação dos preços monitorados foram novamente revisadas, de modo que a variação projetada para esse conjunto de preços no IPCA aumentou de 12,9% para 15,6%. No caso do INPC, a nova previsão indica variação de 15,9% ante taxa de 13,7% projetada anteriormente. A expectativa para 2022, entretanto, é de um desempenho bem mais favorável dos preços administrados, seja pela normalização do padrão de chuvas, que deve recompor gradativamente o nível dos reservatórios, seja pela acomodação dos preços do petróleo, ainda que em patamares elevados. Com isso, a alta esperada para os preços administrados no ano que vem é de 5,4%, tanto no IPCA quanto no INPC.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Diretor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Diretor Adjunto)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

José Ronaldo de Castro Souza Júnior (Editor)
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Fábio Servo
Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos
Leonardo Mello de Carvalho
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa
Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter
Andreza Aparecida Palma
Cristiano da Costa Silva
Felipe Moraes Cornelio
Paulo Mansur Levy
Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Caio Rodrigues Gomes Leite
Felipe dos Santos Martins
Felipe Simplicio Ferreira
Izabel Nolau de Souza
Marcelo Lima de Moraes
Pedro Mendes Garcia
Rafael Pastre
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
